

ano 15 - n. 45 | julho/dezembro - 2021
Belo Horizonte | p. 1-565 | ISSN 1982-1921
Direitos Fundamentais & Justiça

DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA

Revista do Programa de Pós-Graduação,
Mestrado e Doutorado em Direito da PUCRS

Revista Brasileira de Direitos Fundamentais e Justiça
Revista Brasileña de Derechos Fundamentales y Justicia
Brasilianische Zeitschrift für Grundrechte und Gerechtigkeit
Brazilian Journal of Fundamental Rights and Justice
Révue Brésillienne de Droits Fondamentaux et Justice
Rivista Brasiliana di Diritti Fondamentali e Giustizia

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA

Direitos autorais pertencentes ao programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito da PUCRS.

© 2021 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012 – Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: 0800 704 3737
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira
Capa: Walter Santos
Projeto gráfico: Reginaldo César de Sousa Pedrosa

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

D597	Direitos Fundamentais & Justiça
	Direitos Fundamentais & Justiça. – ano 11, n. 36, jan./ jun. 2017– Belo Horizonte: Fórum, 2017.
	Semestral. Editor: Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
	ISSN impresso 1982-1921 ISSN digital 2527-0001
	Publicada do ano. 1, n.1, out./ dez. 2007 ao ano 9, n. 33, out./ dez. 2016 pela HS Editora, Porto Alegre/RS.
	1. Direito público. 2. Direito constitucional. 3. Direitos fundamentais. I. Ferreira, Luis Cláudio Rodrigues. II. Título
	CDD: 341.481 CDU: 342.7

Direitos Fundamentais & Justiça

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS

Reitor: Evilázio Teixeira	Coordenador de curso da Escola de Direito:
Vice-Reitor: Prof. Jaderson Costa da Costa	Prof. Dr. Elton Somensi de Oliveira
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da PUCRS:	Coordenador de pesquisa da Escola de Direito:
Profa. Dra. Carla Denise Bonan	Prof. Dr. Paulo Caliendo
Decano da Escola de Direito:	Coordenador da comissão científica da Escola de Direito:
Prof. Dr. Fabrício Dreyer de Ávila Pozzebon	Prof. Eugênio Facchini Neto
Decana associada da Escola de Direito:	Coordenadores de pós-graduação da Escola de Direito:
Profa. Dra. Regina Linden Ruaro	Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet
Coordenadora administrativa da Escola de Direito:	Ciências Criminais: Prof. Dr. Nereu José Giacomolli
Jaqueline da Silva Alves Knob	

Editor: Luis Cláudio Rodrigues Ferreira

Coordenador Executivo: Ivar A. M. Hartmann

Consultores Editoriais: Jeferson Barbosa e Paola Sartori

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Ingo Wolfgang Sarlet

CONSELHO EDITORIAL INTERNO

Presidente: Ingo Wolfgang Sarlet (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)
Denise Pires Fincato (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)
Fabio Siebeneichler de Andrade (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)
Gilberto Stürmer (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)
José Maria Rosa Tesheiner (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)
Juarez Freitas (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)
Regina Linden Ruaro (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)
Thadeu Weber (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL EXTERNO

Presidente: Gilmar Ferreira Mendes (Universidade de Brasília, DF)
Alexandre Coutinho Pagliarini (Uninter, Curitiba, PR)
Anderson Teixeira (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS)
Andreas Joachim Krell (Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL;
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE)
André Ramos Tavares (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP; Centro de Extensão Universitária, São Paulo, SP; Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP)
Anna Cândida da Cunha Ferraz (Centro Universitário FIEO, Osasco, SP)
Antonio Celso Alves Pereira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ;
Faculdade de Direito de Campos, Campos do Goytacazes, RJ; Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, RJ)
Antonio Gomes Moreira Maués (Universidade Federal do Pará, Belém, PA)
Araken de Assis (Faculdade Especializada em Direito, São Paulo, SP)
Carlos Luiz Strapazzon (Universidade do Oeste de Santa Catarina, SC)
Cláudia Lima Marques (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)
Clémerson Merlin Clève (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR;
Faculdades Integradas do Brasil, Curitiba, PR)
Cristiane Derani (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC;
Universidade de Santos, Santos, SP; Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)
Eduardo Bittar (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP; Centro Universitário FIEO, Osasco, SP)
Fernando Facury Scaff (Universidade Federal do Pará, Belém, PA)
Flávia Piovesan (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP;
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR)
Gabrielle Bezerra Sales Sarlet (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS; Universidade de Hamburgo)
Gustavo José Mendes Tepedino (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ;
Faculdade de Direito de Campos, Campos do Goytacazes, RJ)
Heleno Taveira Tôres (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)
José Luis Bolzan de Moraes (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS)
Lenio Luiz Streck (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS;
Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ)
Loussia Penha Musse Felix (Universidade de Brasília, DF)
Lúcio Delfino (Universidade de Uberaba, Uberaba, MG)
Luís Roberto Barroso (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)
Luiz Alberto David Araújo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP)
Luiz Edson Fachin (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR;

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR)
Luiz Guilherme Bittencourt Marinoni (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR)
Luiz Henrique Urquhart Cademartori (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC)
Marcelo Campos Galuppo (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG)
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG)
Maria Celina Bodin de Moraes (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ;
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)
Orides Mezzaroba (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC)
Paulo Bonavides (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE)
Ricardo Lobo Torres (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ;
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ;
Universidade de Iguazu, Nova Iguazu, RJ; Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, RJ)
Rogério Gesta Leal (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS;
Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ)
Sandra Regina Martini Vial (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS;
Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS)
Vicente de Paulo Barreto (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ;
Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ; Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS)
Wilson Antônio Steinmetz (Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS;
Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS)

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Presidente: José Joaquim Gomes Canotilho (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal)
Alexander Graser (Hertie School of Governance, Berlin, Alemanha)
Bernd Schulte (Instituto Max-Planck de Direito Social Estrangeiro e Internacional, Munique, Alemanha)
David Almagro Castro (Universidade de Temuco, Chile)
Dieter Grimm (Universidade Humboldt, Berlin, Alemanha)
Fernando Rey Martínez (Universidade de Valladolid, Valladolid, Espanha)
Francisco Balaguer Callejón (Universidade de Granada, Granada, Espanha)
Francisco Fernández Segado (Universidade Complutense, Madrid, Espanha)
Heinrich Scholler (Universidade de Munique, Hochschule für Politik, Munique, Alemanha)
Jónatas Eduardo Mendes Machado (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal)
Jörg Neuner (Universidade de Augsburg, Augsburg, Alemanha)
Louis J. Kotzé (North West University, Potchefstroom, África do Sul)
Michael J. Perry (Faculdade de Direito da Emory University, Atlanta, EUA)
Miguel Ángel Presno Linera (Universidade de Oviedo, Oviedo, Espanha)
Miguel Carbonell Sánchez (Universidade Nacional do México, Cidade do México, México)
Ockert Dupper (Universidade de Stellenbosch, Stellenbosch, África do Sul)
Paolo Ridola (Universidade La Sapienza, Roma, Itália)
Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal)
Paulo Ferreira da Cunha (Universidade do Porto, Porto, Portugal)
Peter Häberle (Universidades de St. Gallen, Suíça, e Bayreuth, Alemanha)
Robert Cottrol (George Washington University, Washington-DC, EUA)
Rodolfo Arango Rivadeneira (Universidad de los Andes, Bogotá, Colômbia)
Stefano Maria Cicconetti (Universidade de Roma Tre, Roma, Itália)
Stephan Kirste (Universidade de Salzburgo, Áustria)
Vasco Pereira da Silva (Universidades de Lisboa e Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal)

PARECERISTAS DESTA EDIÇÃO

Alfredo Copetti (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel/PR)
Allyne Silva (Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo/SP)
André Viana Custódio (Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul/RS)
Andreas Joachim Krell (Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió/AL)
Antônio Henrique Graciano Suxberger (Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília/DF)
Antonio Pérez Miras (Universidade de Granada, Espanha)
Artur Stamford (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife/PE)
Beatriz Lameira Carrico Nimer (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, São Paulo/SP)
Caio Farah Rodriguez (Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro/RJ)
Caitlin Mulholland (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ)
Carlos Bolonha (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro/RJ)
Clara Iglesias Keller (IDP, Brasília/DF)
Cláudia Roesler (Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF)
Cláudia Toledo (Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora/MG)
Cristhian Magnus de Marco (Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Chapecó/SC)
Cristina Caldeira (Universidade Nova de Lisboa – NOVA, Lisboa)
Cristina Figueiredo Terezo Ribeiro (Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém/PA)
Daniel Brantes Ferreira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUCRJ, Rio de Janeiro/RJ)
Daniel Dias (Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro/RJ)

Daniel Wang (Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo/SP)
 Danielle Rached (Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro/RJ)
 Denise Almeida de Andrade (Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo/SP)
 Deo Campos (Faculdade Doctum, Juiz de Fora/MG)
 Diego Werneck Arguelhes (Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro/RJ)
 Edilton Meireles de Oliveira Santos (Universidade Católica do Salvador – UCSal, Salvador/BA)
 Eduardo Jordão (Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro/RJ)
 Eduardo Rocha Dias (Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza/CE)
 Eliana Franco Neme (Universidade de São Paulo – USP, São Paulo/SP)
 Emerson Affonso da Costa Moura (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Nova Iguaçu/RJ)
 Emerson Gabardo (Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba/PR)
 Emerson Penha Malheiro (Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, São Paulo/SP)
 Emil Albert Sobottka (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre/RS)
 Eugenio Facchini (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre/RS)
 Fabricio Polido (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte/MG)
 Fernanda Prates (Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro/RJ)
 Fernando Laércio Alves da Silva (Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa/MG)
 Fernando Leal (Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro/RJ)
 Francisco Humberto Cunha Filho (Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza/CE)
 Francisco Pizzette Nunes (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis/SC)
 Gabriela Vasconcelos Lima (Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza/CE)
 Gabrielle Bezerra Sales Sarlet (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS)
 Germano André Doederlein Schwartz (Centro Universitário Ritter dos Reis – Uniritter, Porto Alegre/RS)
 Guilherme Magalhães Martins (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro/RJ)
 Gustavo Osná (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre/RS)
 Helton Carlos Praia de Lima (Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza/CE)
 Hermes Zaneti Jr (Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória/ES)
 Irineu Barreto (Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, São Paulo/SP)
 Jefferson Mariano (Universidade de São Paulo – USP, São Paulo/SP)
 Joana Sílvia Mattia Debastiani (Universidade de Passo Fundo – UPF, Passo Fundo/RS)
 João Maurício Adeodato (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife/PE)
 João Paulo Bachur (IDP, Brasília/DF)
 José Alberto de Melo Alexandrino (Universidade de Lisboa – ULisboa, Lisboa, Portugal)
 Juliana Abrusio (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, São Paulo/SP)
 Juliana Alvim (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte/MG)
 Laís Bergstein (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre/RS)
 Leandro Molhano Ribeiro (Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro/RJ)
 Lenio Streck (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis/SC)
 Luci Oliveira (UFSCar, São Carlos/SP)
 Luciana da Fonseca Lima Brasileiro (UNINASSAU, Aracaju/SE)
 Luciane Cardoso Barzotto (UFRGS, Porto Alegre/RS)
 Luciano da Ros (UFSC, Florianópolis/SC)
 Luis Renato Vedovato (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas/SP)
 Luiz Alberto David Araújo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, São Paulo/SP)
 Luiz Fernando Gomes Esteves (CEFET/RJ)
 Luiz Gonzaga Silva Adolfo (Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul/RS)
 Marco Jobim (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre/RS)
 Marco Túlio Reis Magalhães (Universidade de São Paulo – USP, São Paulo/SP)
 Maria Garcia (Instituto Brasileiro de Direito Constitucional – IBDC, São Paulo/SP)
 Maria Lírida Calou de Araújo e Mendonça (Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza/CE)
 Marília Rulli Stefanini (UEMS, Dourado/MS)
 Marjorie Marona (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte/MG)
 Marli Marlene Moraes da Costa (Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul/RS)
 Matheus Felipe de Castro (Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Chapecó/SC)
 Michelle Sanchez (CEBRAP, São Paulo/SP)
 Nicoló Zingales (Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro/RJ)
 Orídes Mezzaroba (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis/SC)
 Osny da Silva Filho (Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo/SP)
 Paulo Ricardo Schier (Centro Universitário Autônomo do Brasil, Curitiba/PR)
 Renata Camilo de Oliveira (FCR Law, São Paulo/SP)
 Ricardo Libel Waldman (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre/RS)
 Riva Sobrado de Freitas (Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Chapecó/SC)
 Rodrigo Luís Kanayama (Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba/PR)
 Rogério Gesta Leal (Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Joaçaba/SC)
 Samantha Ribeiro Meyer-Pflug (Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo/SP)
 Sandra Menezes Mendonça (UNIESP, São Paulo/SP)
 Sandro Lúcio Dezan (Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília/DF)
 Têmis Limberger (Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo/RS)
 Thadeu Weber (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre/RS)
 Thiago Rafagnin (Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOP, Barreiras/BA)
 Valter Shuenquener de Araujo (UERJ, Rio de Janeiro/RJ)

Vanessa Steigleder Neubauer (Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo/RS)
Vicente de Paulo Augusto de Oliveira Júnior (Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza/CE)
Walter Rothenburg (Instituição Toledo de Ensino – ITE, Bauru/SP)
Wellison Muchiutti Hernandes (IDP, Brasília/DF)
Wilson Engelmann (UNISINOS, São Leopoldo/RS)
Wilson Steinmetz (Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Chapecó/SC)

Sumário

Nota Editorial	17
Editorial	19

DOCTRINA ESTRANGEIRA

Livre desenvolvimento da personalidade (Art. 2 I 1 da Lei Fundamental da Alemanha) – Promessa constitucional entre ingenuidade e temeridade?

Gabriele Britz	23
Introdução.....	24
1 Surgimento do direito fundamental.....	24
2 Estabelecimento do direito fundamental como proteção da autonomia.....	26
2.1 Individualidade desenvolvida de forma autodeterminada como cerne dos direitos fundamentais	27
2.2 Uma noção ingênua?	28
2.3 Uma noção pretensiosa?.....	29
3 Concretização da proteção da autonomia na jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal.....	30
3.1 Elementos-chave da definição da individualidade.....	30
3.2 Proteção contra imagens da personalidade influentes	32
3.3 Zonas de proteção para a autorreflexividade	37
3.4 Proteção contra a sensação de estar sob vigilância constante	39
Referências.....	41

O Estado de direito – Liberdade através do direito

Markus Kotzur	45
1 O caráter imprescindível da ideia de Estado de direito para a organização liberal do exercício de poder.....	45
2 Dimensões do primado do Estado de direito	49
3 Contornos do primado do Estado de direito	53
4 O primado do Estado de direito nos contextos de seu mundo da vida	54
5 O primado do Estado de direito como imperativo para a liberdade	57
Referências.....	58

Constitucionalismo digital: mapeando a resposta constitucional aos desafios da tecnologia digital

Edoardo Celeste	63
1 Introdução	63
2 Um momento constitucional	65
2.1 A alteração do equilíbrio constitucional	65
2.2 A emergência de contramedidas normativas	67
2.3 O papel do constitucionalismo digital	68
3 Divergência doutrinária	69

3.1	Fitzgerald	69
3.2	Berman.....	70
3.3	Suzor.....	71
3.4	Gill, Redeker e Gasser (2015)	73
3.5	Redeker, Gill e Gasser (2018)	74
4	Uma proposta para uma nova sistematização	78
4.1	Constitucionalismo digital como uma ideologia	79
4.2	O objetivo do constitucionalismo digital	80
4.3	Constitucionalismo x constitucionalização.....	81
5	Mapeamento de respostas constitucionais.....	82
5.1	Dimensão nacional	82
5.2	Organizações regionais e internacionais	83
5.3	Dimensão não estadocêntrica.....	84
5.3.1	<i>Internet bills of rights</i>	84
5.3.2	<i>Decisions of ICANN's dispute resolution mechanism</i>	84
5.3.3	Regras internas de atores comerciais.....	85
6	Conclusão	85
	Agradecimentos	87
	Financiamento	87
	Referências	88

A boa e velha lei fundamental e nós pós-constitucionais

Thorsten Kingreen	93
1 Ousar mais na dogmática? Uma introdução um tanto personalizada	93
2 Pluralização.....	98
2.1 Formação de sistema: Art. 6 (1) da LF como direito de defesa, garantia de instituto e decisão sobre valores objetivos.....	99
2.2 Pontos de ruptura no sistema.....	101
2.3 Digitalização.....	103
2.3.1 A liberdade de radiodifusão e a liberdade de imprensa escrita como universos separados em termos da dogmática jurídica	104
2.3.2 Divergência dogmática apesar de convergência midiática.....	106
3 Europeização.....	108
3.1 Retroação sobre os dois outros campos de referência.....	108
3.2 Demarcação através de formação de sistema: a jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal sobre as barreiras jusconstitucionais da integração europeia	110
4 O texto estável no contexto volátil.....	112
4.1 A dogmática está acontecendo	113
4.2 A dogmática está vinculada ao tempo	116
4.3 A dogmática precisa de uma cultura que considere o erro.....	122
Referências.....	127

DOCTRINA NACIONAL

O perfil do seguro social de saúde da Alemanha e o seu financiamento: uma breve introdução ao direito social estrangeiro

Jeferson Ferreira Barbosa	135
1 Introdução.....	135

2	Aspectos centrais do seguro social de saúde da Alemanha.....	136
2.1	Posição do seguro social de saúde no contexto geral da seguridade social	136
2.2	O seguro social de saúde	140
3	O financiamento do seguro social de saúde da Alemanha.....	145
3.1	Alargamento do seguro obrigatório no seguro social de saúde.....	152
3.2	Introdução de tarifas opcionais no seguro social de saúde.....	155
4	Discussão.....	158
5	Considerações finais	160
	Referências.....	161

Introdução ao estudo das boas práticas na administração da justiça: a relevância dogmática da inovação

Freddie Didier Jr., Leandro Fernandez		165
1	A prática como objeto de estudo do processualista: a importância das boas práticas na administração da justiça	166
2	A perspectiva judicial do direito à boa administração: a boa administração da justiça e sua relevância para o direito processual	168
2.1	O direito à boa administração	168
2.2	O direito à boa administração da justiça	169
2.3	A administração da justiça no Brasil: uma visão geral	171
3	O advento da inovação como categoria integrante do regime jurídico de organização e funcionamento do Poder Judiciário. A Resolução nº 395/2020 do Conselho Nacional de Justiça e os laboratórios de inovação	175
4	Boas práticas: noção, definição e espécies	180
5	A posição das boas práticas na teoria das fontes do direito processual	184
5.1	<i>Soft law</i> e boas práticas	184
5.2	Boas práticas, precedentes judiciais e costumes processuais	187
6	Fundamentos das boas práticas na administração da justiça. O papel do Conselho Nacional de Justiça	188
7	Algumas características das boas práticas	191
8	O processo de institucionalização das boas práticas	194
9	Conclusões	196
	Referências	197

Acordos de leniência da Lei Anticorrupção: propostas para reduzir sua insegurança jurídica

Elísio de Azevedo Freitas, João Paulo Bachur.....		199
1	Introdução.....	199
2	Considerações favoráveis à Lei do Cade em comparação aos acordos de leniência celebrados sob a égide da Lei nº 12.846/2013	202
3	Atuação dos diversos órgãos que possuem competência para intervir na formação e controle dos acordos de leniência firmados sob a égide da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13)	210
4	Proposta de alteração legislativa do tratamento dado ao acordo de leniência da Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013.....	214
5	Conclusão.....	220
	Referências.....	222

O acesso jurídico à saúde pública brasileira: um diálogo entre os sistemas de justiça e de saúde para além da judicialização

Raul Lopes de Araújo Neto, Williams Silva de Paiva	227
Introdução	227
1 A judicialização do direito à saúde	230
2 Para além da judicialização	233
3 O Conselho Nacional de Justiça e a “desjudicialização da saúde”	234
4 A mitigação do “tudo para todos” pela jurisprudência	237
5 Experiências para (re)aproximação dos sistemas: diálogo e abrangência	239
Considerações finais	242
Referências	244

Do Estado de direito social sustentável para uma defesa e efetivação dos direitos sociais

Gabriela Samrslä Möller, Cristhian Magnus De Marco, Paulo Junior Trindade dos Santos	247
1 Introdução	247
2 Desmistificando as incompreensões históricas: Estado social, direitos sociais	249
3 Desmistificando incompreensões sobre a teoria dos direitos fundamentais	254
3.1 Da estrutura dos direitos fundamentais sociais	256
3.2 Do complexo de obrigações dos direitos fundamentais: dimensão poliédrica	259
3.3 Da prestação jurisdicional dos direitos sociais	262
4 Do Estado de direito social sustentável: direitos sociais como pressuposto para o desenvolvimento	268
5 Considerações finais	271
Referências	272

O Poder Judiciário e a defesa da Constituição em Carl Schmitt

Daniel Francisco Nagao Menezes	277
Introdução	277
1 O poder de julgar	278
2 <i>Lei e julgamento</i> na crise do positivismo jurídico	281
3 O Estado liberal de direito e o “Estado de justiça” como ideal	285
4 O defensor da Constituição	289
4.1 Quem deve proteger a Constituição?	289
4.2 O caso do “golpe contra a Prússia”	294
4.3 O <i>Führer</i> protege a lei	296
Conclusão	298
Referências	300

Sistema penal do inimigo: o discurso jurídico-penal repressivo no direito penal brasileiro

Rafael de Lazari, Alison Andreus Gama	303
Introdução	304
1 Prolegômenos acerca de um direito penal do inimigo no sistema jurídico-penal brasileiro	304
1.1 O berço jurídico-teórico do direito penal do inimigo	307

1.2	A vigência da norma e a contradição do inimigo	310
1.3	A metodologia operacional do direito penal do inimigo	314
2	O sistema penal brasileiro, ou sistema penal do inimigo?	318
2.1	O sistema jurídico-penal brasileiro sob a ótica do direito penal do inimigo	319
2.2	Um direito penal para vários inimigos	323
	Considerações finais	328
	Referências	329

A harmonia social e a interrupção do mandato presidencial conferido pelo voto popular no Brasil – A legitimidade dos representantes para o julgamento de um mandato conferido pelo voto direto

Natal dos Reis Carvalho Junior, Ricardo dos Reis Silveira	331
Introdução	332
Brasil e a democracia, harmonia social e crença na soberania popular	333
O presidencialismo brasileiro	335
Afastamento do presidente da República por crime de responsabilidade	337
A legitimidade do Senado para o julgamento de crimes de responsabilidade	338
Paz e a harmonia social na ruptura de mandato diretamente conferido pelo voto	341
Considerações finais	343
Referências	345

O amparo aos refugiados venezuelanos indígenas na Amazônia: os mecanismos de efetivação de direitos sociais dos refugiados indígenas venezuelanos em Belém do Pará

Bianca Strapazzon Cavalcante, Natália Simões Bentes	347
1 Introdução	348
2 Refugiados e o seu acolhimento pela legislação brasileira	351
3 O tratamento aos refugiados em Belém do Pará	359
3.1 Tratamento e amparo jurídico para os refugiados no estado do Pará	361
3.2 Conflitos sociais e culturais ante os refugiados venezuelanos de etnia indígena Warao	365
4 Considerações finais	367
Referências	370

Violações ao princípio da subsidiariedade na regulação tributária do consumo na Alemanha

Gustavo Fossati	373
1 Introdução	373
2 Violações ao princípio da subsidiariedade	374
2.1 Sobre o significado do princípio da subsidiariedade para uma tributação conforme a capacidade contributiva no consumo	375
2.2 Alíquotas reduzidas para preservar o mínimo existencial?	380
3 Violação ao princípio da subsidiariedade no contexto dos mecanismos de compensação defendidos na ciência das finanças	386
3.1 Compensações no âmbito do Imposto de Renda	387
3.2 Compensações no âmbito do direito assistencial social	396

4	Despesas de manutenção da fonte produtiva e investimentos empresariais	399
5	Conclusões	400
	Referências.....	405

Arbitragem coletiva e a efetivação do direito fundamental ao acesso à justiça

Matheus Lins Rocha, Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira, Débora Cristina Fernandes

Ananias Alves Ferreira	409
1 Introdução.....	409
2 As ondas de acesso à justiça segundo Cappelletti e Garth.....	410
3 A arbitragem coletiva no direito brasileiro	421
4 A efetivação do acesso à justiça pela arbitragem coletiva	432
5 Conclusão.....	440
Referências.....	441

O incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) sob a perspectiva da teoria da “justiça procedimental”

Paulo Eduardo Alves da Silva, Camila Costa Alves Pinto

Introdução.....	447
1 Dificuldades de operação e efetividade do IRDR, segundo a crítica doutrinária.....	449
2 A aplicação da teoria da “justiça procedimental” como critério da qualidade das decisões.....	452
3 Os critérios de justiça procedimental aplicados ao IRDR	456
3.1 Critério da representação ou controle	456
3.2 Critério da neutralidade ou imparcialidade	458
3.3 Critério da qualidade da decisão	460
3.4 Critério da consistência dos resultados	461
3.5 Critérios da ética e possibilidade de correção da decisão	462
Considerações conclusivas.....	463
Referências.....	465

A crise do processo penal e a erosão de garantias fundamentais históricas

Sebastião Sérgio da Silveira, Ricardo dos Reis Silveira, Jair Aparecido Cardoso

1 Introdução.....	467
2 A concepção de Estado e seus reflexos no processo penal	469
3 Constitucionalização e internacionalização do direito processual penal	471
4 Cenário do processo penal brasileiro contemporâneo	474
5 Apontamentos sobre alguns dos retrocessos ocorridos nos últimos anos	475
5.1 A negativa do direito de recorrer em liberdade e a execução provisória da pena... 475	
5.2 Excesso de prisões provisórias.....	477
5.3 Condução coercitiva de suspeitos para interrogatórios policiais.....	479
5.4 Delações ou colaborações premiadas de investigados presos.....	481
5.5 Desobediência ao princípio do juiz natural	483
6 Breves conclusões.....	485
Referências.....	486

“À escola não é dado escolher, segregar, separar, mas é seu dever ensinar, incluir, conviver”: a análise dos argumentos dos ministros do STF no julgamento da ADI nº 5.357

Isabella Branquinho Arantes, Daniel Damásio Borges	489
1 Introdução.....	490
2 A educação inclusiva na Constituição Federal de 1988 e na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	496
3 O Estatuto da Pessoa com Deficiência (ou Lei Brasileira de Inclusão) e o direito à educação	502
4 O julgamento da ADI nº 5.357 e os argumentos dos ministros: afirmação ao direito à educação inclusiva.....	507
4.1 Proteção constitucional à pessoa com deficiência	508
4.2 Igualdade material	509
4.3 Incorporação da Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ao ordenamento jurídico brasileiro.....	510
4.4 Obrigatoriedade de as escolas particulares respeitarem as normativas de educação, bem como de gerirem esse serviço público com responsabilidade	510
4.5 Inclusão e solidariedade social	511
5 Conclusão	513
Referências.....	516

O direito da liberdade: Axel Honneth e a reconstrução normativa de conceitos filosóficos do direito

Draíton Gonzaga de Souza, César Augusto Cichelerio	519
1 Considerações iniciais	519
2 A liberdade negativa	522
3 A liberdade reflexiva.....	525
4 A liberdade social	527
5 Considerações finais	530
Referências.....	531

Entre o entusiasmo e o mal-estar constitucional: diferentes papéis da jurisdição constitucional na proteção de direitos sociais em três décadas de constitucionalismo instável

Estefânia Maria de Queiroz Barboza, Glaucio Salomão Leite	533
Introdução.....	534
1 Direitos fundamentais sociais e conservadorismo judicial no Brasil	535
2 Protagonismo judicial e suas implicações: pensando o constitucionalismo social para além dos tribunais	540
2.1 Separação de poderes	542
2.2 Racionalidade decisória	545
2.3 Capacidade institucional	549
3 Constitucionalismo social e erosão democrática: novos desafios para a jurisdição constitucional brasileira	552
Considerações finais	556
Referências.....	558

Normas editoriais	563
-------------------------	-----

Table of Contents

Editorial	17
 FOREING DOCTRINE	
Free development of personality (Art. 2 I 1 German Basic Law) – constitutional promise between naiveness and temerity Gabriele Britz	23
The Rule of Law – Freedom through Law Markus Kotzur.....	45
Digital Constitutionalism: Mapping the Constitutional Response to Digital Technology's Challenges Edoardo Celeste	63
The good old Fundamental Law and we post-constitutional Thorsten Kingreen	93
 NATIONAL DOCTRINE	
The profile of Healthcare in Germany and its financing: a brief introduction on foreign social security law Jeferson Ferreira Barbosa.....	135
Introduction to the study of good practices in the administration of justice: the dogmatic relevance of innovation Fredie Didier Jr., Leandro Fernandez	165
Leniency agreements of the Anticorruption Law: proposals to reduce its legal uncertainty Elísio de Azevedo Freitas, João Paulo Bachur.....	199
Legal access to Brazilian public health: a dialogue between justice and health systems beyond judicialization Raul Lopes de Araújo Neto, Williams Silva de Paiva.....	227
From the state of sustainable social law towards the defense and enforcement of social rights Gabriela Samrsla Möller, Crithian Magnus De Marco, Paulo Junior Trindade dos Santos....	247

Judicial power and the defense of the constitution in Carl Schmitt Daniel Francisco Nagao Menezes	277
Enemy criminal system: a repressive criminal law speech on the Brazilian criminal law Rafael de Lazari, Alison Andreus Gama	303
Social harmony and interruption of presidential mandate given by popular vote in Brazil – legitimacy of representatives to the judgment of a mandate given by direct vote Natal dos Reis Carvalho Junior, Ricardo dos Reis Silveira	331
The support given to the Venezuelan indigenous refugees in the Amazon: the mechanisms used for the effective social rights of refugees in Belém do Pará Bianca Strapazzon Cavalcante, Natália Simões Bentes	347
Violations of the principle of subsidiarity in the tax regulation of consumption in Germany Gustavo Fossati	373
Collective arbitration and the effectiveness of the fundamental right to access to justice Matheus Lins Rocha, Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira, Débora Cristina Fernandes Ananias Alves Ferreira	409
Brazilian “Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas” (IRDR) through the lens of the procedural justice theory Paulo Eduardo Alves da Silva, Camila Costa Alves Pinto	447
The crisis of the criminal process and the erosion of historical fundamental guarantees Sebastião Sérgio da Silveira, Ricardo dos Reis Silveira, Jair Aparecido Cardoso	467
“To the school is not given to choose, to segregate, to separate, but it is its duty to teach, to include, to encourage”: analysis of Brazilian Supreme Court (STF) ministers’ arguments in judgment of Direct Unconstitutionality Action (ADI) 5.357 Isabella Branquinho Arantes, Daniel Damásio Borges	489
Freedom’s Right: Axel Honneth and the normative reconstruction of philosophical concepts of Law Draiton Gonzaga de Souza, César Augusto Cichelero	519
Between enthusiasm and constitutional disease: different roles of constitutional jurisdiction in protecting social rights in three decades of unstable constitutionalism Estefânia Maria de Queiroz Barboza, Glaucio Salomão Leite	533